



UMA EXPERIÊNCIA COM O PIBID DE GEOGRAFIA: TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA, E AGORA JOSÉ?

Demile Andrade Teixeira
demile.d@hotmail.com¹

Resumo

A atividade foi realizada no ano de 2017 com estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública, integrante ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) na cidade de Votorantim - SP. A intervenção proposta teve como objetivo o debate a respeito do projeto de lei que visava a Terceirização Trabalhista, PL 4.302/1998, entrando em vigor em 11 de novembro de 2017. A intervenção ocorreu de forma dinâmica, na qual as/os estudantes participaram com autonomia na construção do conhecimento, conseqüentemente, formularam suas respectivas opiniões sobre o tema. Ressalta-se que esse processo de formação de opinião ocorreu sem a imposição de opiniões da estudante que conduziu a intervenção, por isso a atividade foi significativa e pertinente, de modo que as/os estudantes puderam sentir-se parte do processo de ensino e aprendizagem. Em vista disso compreenderam que esse projeto, que atualmente está em vigor favorece apenas os detentores do capital.

Palavras-chave: Formação política, ensino crítico, formação de opinião.

Introdução

O presente artigo teve como objetivo a teorização de uma atividade realizada através do subprojeto de Geografia vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) em uma escola periférica da cidade de Votorantim - SP, com estudantes do 9º ano, no primeiro semestre de 2017.

Ano este em que foram propostas/impostas as reformas da previdência social e a reforma trabalhista. Várias foram às manifestações do povo brasileiro. Entretanto, como estudante atuante do PIBID – Geografia em uma escola pública a autora percebeu a necessidade de dialogar com as/os estudantes aquele momento político, que para elas/eles parecia passar despercebido.

¹ Estudante do último período do curso de licenciatura em geografia pela Universidade Federal de São Carlos campus de Sorocaba e participante do Grupo de Pesquisa Formação Política de Professoras e Professores – GPForPP na mesma universidade.



Neste sentido, foram realizadas três atividades com as/os estudantes do 9º ano da referida escola, entretanto neste artigo será tratada apenas uma, denominada: ‘Terceirização Trabalhista, e agora José?’.

Durante essa atividade, foi pedido que as/os estudantes organizassem as cadeiras em círculos, pois “o círculo é a forma que abole as assimetrias, sem divisão, sem hierarquias” (OSTETTO, 2009) bem como, foram utilizados recursos imagéticos, audiovisuais e outros, como ferramenta no auxílio do ensino da geografia para a emancipação, igualmente para a construção do pensamento crítico (STRAFORINI, 2011).

Desta forma as/os estudantes se sentiram parte do processo de ensino e aprendizagem e os conteúdos aprendidos - que já faziam parte da realidade vivenciada por elas/eles, pois alguns de seus responsáveis já eram trabalhadoras/es terceirizadas/os -, passaram a ter significado, isto é, conseguiram compreender que seriam seus familiares e/ou a classe mais pobre da sociedade as/os prejudicados com este projeto. Pois os moradores dos bairros mais precarizados serão e são os que sustentam o capital com sua mão de obra pouco valorizada e pouco especializada.

Justificativa e objetivo da intervenção

Salienta-se que o principal objetivo desta intervenção foi desenvolver nas/nos estudantes a capacidade de análise de determinadas situações, e a partir dos conhecimentos prévios em conjunto com as informações que foram levadas, desejava-se que as/os estudantes construíssem suas opiniões, e que, portanto, não fossem condicionadas/os a acreditar no que a mídia disseminava como verdade, isto é, que o projeto era bom. Também foi almejado que as/os estudantes tivessem conhecimento dos direitos que as/os trabalhadoras/es registrados possuíam, a fim de que quando ingressassem ao mercado de trabalho, já tivessem conhecimentos de seus direitos.

O grande discurso reproduzido pela mídia naquele momento era que o projeto de lei de 1998 de Fernando Henrique Cardoso, aumentasse a quantidade de postos de trabalho. Entretanto, o que não se dizia, eram que estes postos de trabalho seriam extremamente precarizados.

“Submetendo os trabalhadores a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, bem como os sujeitando a condições degradantes de trabalho, e restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o



empregador ou preposto [...] Salários mais baixos, condições inadequadas de trabalhos [...] colocados em condições análogas a de escravos. [...] perdem a saúde, não apenas a do corpo, mas a mental, uma vez que autoestima é quase inexistente nessa gente que sofre de sol a sol debaixo dos olhos atentos do empregador. (BEORDO, 2008, p. 5).

Portanto, discutir a terceirização trabalhista já imposta na sociedade brasileira, e sustentada pela mão de obra periférica, faz/é extremamente necessário, ainda mais, no território em que a escola se encontrava.

Desenvolvimento da atividade

Para iniciar a intervenção, foi colocado o mapa do Brasil no centro do círculo, juntamente com alguns direitos que as/os trabalhadoras/es possuíam escritos em folha A4², como pode ser visto na imagem 1.

O debate foi iniciado quando indagado aos estudantes se já haviam trabalhado formalmente ou em trabalhos informais, alguns disseram que sim outros disseram que não, e alguns afirmaram “*na biqueira*”³. Perguntou-se ainda se elas/eles conheciam ou já possuíam conhecimento sobre aqueles direitos trabalhistas que estavam no chão da sala, a grande maioria disse que sim, mas que não sabiam ao certo o que significava.

Tendo como base o mapa do Brasil que se encontrava no centro da sala, foi indagado se os direitos trabalhistas eram os mesmos em todos os locais do Brasil, foi usada a seguinte indagação “*uma região possui mais empregos do que em outra? e por que isso acontece?*”. As/os estudantes disseram que sim, existe uma diferença, contudo, a única justificativa foi a de que alguns estados eram mais pobres, “*o nordeste, porque ele é pobre*” apenas um estudante comentou que faltavam indústrias nesta região.

Com o objetivo de trazer a discussão para outra escala, indagou-se se a quantidade de empregos nas cidades de Votorantim e Sorocaba eram suficientes para a população, e se neste processo as mulheres possuíam as mesmas oportunidades que os homens, as/os estudantes responderam que sim, existem empregos para todas e todos e que as oportunidades eram as mesmas. Essa resposta foi dada em virtude das/dos estudantes não terem conhecimento sobre

² Carteira de trabalho, previdência social, jornada de trabalho, hora extra, 13º salário, férias, FGTS - fundo de garantia por tempo de serviço e seguro-desemprego.

³ As/os estudantes se referiram ao ponto de tráfico de drogas no bairro.



as desigualdades que as mulheres enfrentavam/enfrentam no cotidiano profissional, bem como, as figuras femininas de suas famílias, poderiam naquele momento estar empregadas.

Foi questionado aos estudantes o que significava a palavra “terceirizar” e a partir disso foi explicado sobre o projeto de Lei da Terceirização Trabalhista (PL 4.302/1998), para facilitar a compreensão de todas/os foi mostrado dois vídeos, um a favor da terceirização⁴ e outro conta⁵, com a finalidade das/dos estudantes formularem suas opiniões.

Em seguida, foi solicitado para que elas/eles se dividissem em dois grupos, ficando um em cada lado da sala (imagem 2), e que elessem uma/um trabalhadora/o, uma/um chefe e uma/um empresária/o, o restante do grupo seriam empregadas/empregados. Um dos grupos deveria defender o projeto de terceirização e o outro criticaria, essa separação foi realizada através de um sorteio.

Neste debate as/os estudantes participaram de forma significativa, até as/os mais tímidas/os colocaram suas opiniões. Elas/eles questionavam, perguntavam, afirmavam e formavam uma opinião a respeito do projeto. Não foi preciso dizer que o projeto não era bom, as/os estudantes por si só analisaram e perceberam, foi um debate produtivo e positivo.

Para concluir a atividade, foi pedido que as/os estudantes se separassem em novos grupos⁶, e formulassem questões para realizar com uma/um funcionária/o terceira/o da escola, tendo como base os seguintes questionamentos: a/o funcionária/o tinha conhecimento do projeto de lei e o que ele visava; ela/ele considerava que recebia pela sua força de trabalho uma remuneração adequada; ela/ele tinha seguridade dos direitos que possuía; entre outras questões. Rapidamente as/os estudantes se reuniram, formularam as questões (imagem 3) e saíram pelos corredores da escola.

Quando retornaram à sala, disseram quem haviam entrevistado e o que elas/eles responderam. Um dos grupos perguntou: “o salário que você ganha paga as suas contas?” este grupo específico entrevistou mais de uma pessoa, entre as faxineiras e inspetores, então

⁴ “Como as leis trabalhistas prejudicam os trabalhadores” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m-sl2wyvIAI> acesso em: 24 de março de 2017.

⁵ “Na Volkswagen, um exemplo prático dos problemas da terceirização” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UXmDdbqxoQg> acesso em: 24 de março de 2017.

⁶ Todas as vezes que as/os estudantes se reuniram em grupos a divisão era feita por elas/eles, não houve a participação da estudante de graduação, desta forma as/os estudantes exercitavam a autonomia.



eles disseram “*não, não, sim, não, não, não*” então foi perguntado: “*quem respondeu sim?*” eles disseram “*o inspetor*”, então um estudante disse “*huuu*” ele foi questionado pela estudante que conduzia a intervenção: “*porque você disse huuu*” então ele disse “*então né dona?*” então foi dito “*porque ele ganha mais que as faxineiras?*” o estudante confirmou com a cabeça.

Com o debate exposto acima finalizamos a atividade, de forma que o *feedback* das/dos estudantes foi significativo, pois, a grande maioria das/dos estudantes disseram que adoraram a intervenção e que desejavam ter atividades ‘diferentes’ e práticas como esta. Os principais relatos foram: “*esse projeto é muito ruim dona!*”; “*achei muito interessante a atividade*” e “*vamos fazer isso de novo?*”.

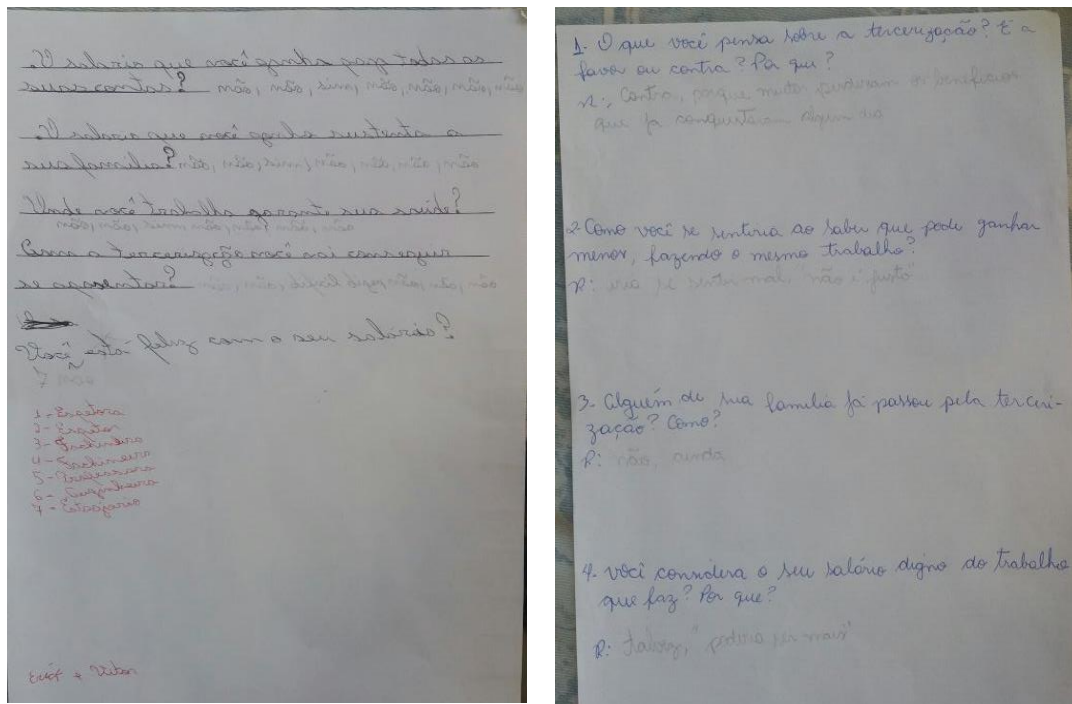
Imagem 1 - Mapa do Brasil e alguns direitos escritos na folha A4.



Imagem 2 – Estudantes divididos em dois grupos para a realização da dinâmica ‘empregado - empregador’.



Imagem 3 - Questões feitas pelas/os estudantes.



Fonte: Demile A. Teixeira (2017)

Considerações finais

A intervenção foi realizada com as/os estudantes do 9º ano de uma escola pública localizada na cidade de Votorantim – SP. Foram trabalhados alguns pontos do projeto de Lei que visava a Terceirização Trabalhista, PL 4.302/1998, porém, as opiniões não foram impostas, mas sim, construídas em um processo democrático, na qual foram respeitadas todas as opiniões das/dos estudantes. Embora no final da atividade todas/todos afirmassem que o projeto pouco agregava aos trabalhadores assalariados, beneficiando somente os grandes detentores do capital.

A intervenção foi importante e significativa, tendo em vista o contexto político no qual ela foi desenvolvida, bem como na forma que foi trabalhada, pois, segundo as/os estudantes foi uma atividade nova e diferente, ou seja, elas/eles nunca haviam feito um debate com aquela configuração e do mesmo modo, nunca haviam saindo da sala para entrevistar pessoas da escola.

Por isso, valoriza-se o ensino pautado sempre na realidade das/dos estudantes como nos afirma Straforini (2001) e Callai (2005), pois desta forma o ensino da geografia poderá



desenvolver nas/nos estudantes a capacidade de análise do meio ao qual estão inseridas/os, para que assim possam propor mudanças que alterem as lógicas dominantes.

Assim sendo, afirma-se que a geografia trabalhada desta maneira será uma disciplina encantadora e de fácil compreensão, onde os métodos tradicionais não terão influências sobre professoras/es e estudantes. As aulas tendem a ocorrer de forma tranquila e harmoniosa em que estudantes não vejam ‘a hora da aula passar’, pois no final da atividade descrita um estudante alegou “*Nossa dona, você vai usar as duas aulas pra fazer isso?*” a estudante que conduzia respondeu: “*mas já deu o tempo da aula!*” ele respondeu “*Nossa dona! Passou rápido, pode voltar mais vezes!*”.

Referências bibliográficas

CALLAI, Helena. Copetti. Aprendendo a Ler O Mundo: A Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Caderno. **Cedes - Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

OSTETTO, Luciana. Esmerald. Na dança e na educação: o círculo como princípio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 165-176, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a12v35n1.pdf>. Acesso em: 19 de junho 2018.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia nas séries iniciais: o desafio da totalidade mundo**. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.